

Apresentação

Presentation

Laicidades em debate

Laicities on debate

Neste volume, Civitas brinda seus leitores com a publicação de um dossiê sobre o tema da laicidade, tema atualíssimo, de ampla complexidade e dos mais candentes tanto nos campos jurídico e político quanto no acadêmico. Para tanto, é com grande satisfação que contamos com a colaboração de um seletor time de especialistas latino-americanos e franceses em antropologia e sociologia da religião e história da laicidade.

Seus textos discutem a polissemia do termo laicidade, delineiam seu escopo e seu caráter pluridimensional, distinguem-no do conceito de secularização, enfatizam suas configurações historicamente singulares em diferentes contextos ao longo da modernidade e apresentam reflexões sociológicas e históricas sobre o fenômeno da laicidade na América Latina, especialmente no Brasil, no México e no Uruguai, mas também na França e, por consequência, na Europa ocidental. Enfocam, portanto, distintos processos históricos de laicização e o da laicidade, discorrendo sobre a configuração dos regimes jurídicos e políticos que regulam as relações institucionais entre religião, Estado, ensino, política e espaço público e mapeando as tensões, os conflitos e as acomodações que têm marcado as relações entre instituições públicas e as religiões na América Latina e na França. Examinam também os limites, as contradições e os problemas que tais regimes laicos têm enfrentado nos últimos anos. Mostram que esses desafios decorrem, em parte, das extraordinárias mudanças pelas quais têm passado as sociedades e o campo religioso latino-americanos, com a pluralização religiosa, a emergência de novos atores sociais e religiosos na esfera pública e, por consequência, as novas e divergentes demandas por reconhecimento e por direitos. Desafios que não são menos dramáticos nas sociedades europeias, particularmente na francesa, provocados pela modernidade tardia, pela transnacionalização, pela reconfiguração do papel do Estado, pela dificuldade do severo regime de laicidade francês em lidar com as demandas de grandes minorias religiosas,

Civitas	Porto Alegre	v. 11	n. 2	p. 179-181	maio-ago. 2011
---------	--------------	-------	------	------------	----------------

compostas em boa parte por imigrantes e, em especial, por muçulmanos, pelo direito de expressar sua fé e sua pertença religiosa no espaço público e na esfera pública.

O sociólogo Roberto Blancarte analisa o conceito de laicidade, delinea sua história, destaca seu uso em países de tradição latina e procura estender sua operacionalidade ao associá-lo à legitimidade política derivada da soberania popular. Para tanto, enfatiza que, embora o termo tenha parentesco com princípios do liberalismo político e da democracia moderna, como a liberdade de consciência, a separação entre Igreja e Estado e entre religião e política, a liberdade e a tolerância religiosas e a pluralidade, o que o caracteriza, fundamentalmente, é que a legitimidade das instituições políticas, em especial do Estado, repousa na soberania popular e não em confissões religiosas. Blancarte discorre também sobre a história da laicidade no México e estende sua análise sobre a relação entre Igreja e Estado e os arranjos jurídicos e políticos que a configuraram noutras partes da América Latina de colonização espanhola.

O sociólogo Néstor da Costa analisa a história e as singularidades do regime de laicidade no Uruguai, reconhecidamente um dos países mais secularizados e laicos do planeta. Realça, em especial, o destacado papel do Estado na configuração do regime de laicidade no país e no próprio processo de secularização da sociedade uruguaia, cuja construção identitária tem como núcleo basilar justamente o princípio da laicidade.

O antropólogo Ari Pedro Oro faz uso de uma tipologia tripartite para distinguir os diferentes regimes de laicidade em vigor na América Latina, focando, para tal, na regulação jurídica estabelecida em cada país da região para reger as relações formais entre religião e Estado. Analisa, a seguir, a relação entre Igreja e Estado, religião e política no Brasil, destacando a participação de grupos religiosos na esfera pública. Apresenta, por fim, dados de pesquisa empírica sobre a percepção dos porto-alegrenses da liberdade religiosa, uma das dimensões mais importantes dos regimes laicos.

O sociólogo Ricardo Mariano discute, sumariamente, o acirrado debate sociológico sobre o conceito de secularização. Analisa, em seguida, as especificidades e os limites da laicidade à brasileira. Para tal, examina a concorrência entre católicos e evangélicos, de um lado, e as rivalidades entre grupos cristãos e laicos, mostrando que ambas contribuíram para dilatar a ocupação religiosa do espaço público e da esfera pública. Revela que, de um lado, a competição entre católicos e evangélicos extrapolou o campo religioso e migrou para as esferas midiática e político-partidária. De outro, mostra que, a partir da Assembleia Nacional Constituinte, intensificaram-se os embates e

tensões entre cristãos e laicos a respeito do lugar e do papel da religião, da laicidade estatal, dos direitos humanos, sociais, sexuais e reprodutivos.

O antropólogo Emerson Giumbelli analisa a relação entre religião e esfera pública, a partir de dados de uma pesquisa empírica sobre o ensino religioso em escolas públicas e a assistência religiosa em instituições socioeducativas para adolescentes infratores do Rio Grande do Sul. Entre outras observações importantes, sua pesquisa revela que, enquanto o ensino religioso permanece sendo objeto de maior atenção e dedicação por parte da Igreja Católica e de certas igrejas protestantes para socializar crianças e adolescentes, a assistência religiosa a jovens infratores tem sido dominada predominantemente por igrejas pentecostais.

O dossiê, por fim, publica a tradução de artigos recentes (2009) do historiador Jean Baubérot e do sociólogo Jean-Paul Willaime, nos quais esses notáveis pesquisadores franceses debatem e esmiúçam suas concepções sobre laicidade e secularização, espaço público e esfera pública, contextualizam as mudanças religiosas dos regimes de laicidade em diferentes fases da modernidade europeia, esclarecem suas divergências teóricas e defendem suas perspectivas normativas e políticas em relação ao lugar da religião e ao papel da laicidade estatal. Ambos adotam como referências históricas, especialmente, as transformações estruturais e socioculturais e os arranjos jurídicos e políticos da República francesa e da Europa ocidental.

Ricardo Mariano
(PUCRS)
Organizador